

Coluna do Castelo

Déficit de talento e de coordenação

Se há uma coisa que está desigualmente distribuída no plenário da Constituinte é o talento. É visível a insuficiência oratória do *Centrão* para transmitir com eficiência e com o indispensável brilho que se gosta de ver na tribuna seus argumentos em defesa das teses que motivaram a reunião de pessoas reunidas mais pelo interesse do que pelas convicções para impedir a votação de um texto constitucional que, no seu entender, ameaça o direito de propriedade, inviabiliza a empresa e bloqueia o ingresso de capitais estrangeiros de investimento. Não quero dizer que falte a muitos a dose adequada de convicção e consciência dos efeitos de formulações legais inapropriadas, mas na realidade assessores de notável saber jurídico que estão na retaguarda do *Centrão* sentem-se frustrados ao ouvir os debates de plenário. Há grande dificuldade de transmitir raciocínios e argumentos, no entanto bem formulados nas reuniões prévias.

Já à esquerda, na qual é mais abundante a falta de siso, há oradores notáveis que vão contribuindo para melhorar o padrão dos debates para perturbar a coordenação dos deputados e senadores do centro conservador ou liberal que teoricamente representa a maioria da Constituinte. Dir-se-ia que por exceção o senador Jarbas Passarinho, de longa experiência na tribuna, poderia frequentemente suprir deficiências do grupo, não fosse a condição marginal em que a política o situou, podando mortalmente o partido de que é presidente.

Essa, no entanto, é uma questão adjetiva, aqui mencionada apenas para que se entenda melhor as dificuldades da maioria de se aglutinar e atuar segundo seus próprios interesses. Como ela não é bem interpretada nem bem entendida, nem sempre pode ser bem traduzida em votos quando chega a hora de apertar as teclas do piano que volta a descaracterizar a imparcialidade do painel eletrônico. Mais importante para o *Centrão* é a falta de entendimento sobre alguns tópicos objeto de decisão e o abandono formal de opções políticas quanto a sistema de governo e a duração do mandato presidencial, apesar de se tornar implícito que sua torrencial maioria, estimulada pelo Palácio do Planalto, tendia a votar pelos cinco anos.

É certo que houve a *gafe* do deputado Roberto Cardoso Alves (é dando que se recebe), que induziu muitos constituintes hesitantes a renegar suas assinaturas na emenda do interesse do Palácio do Planalto, seja por nada terem recebido seja por não pretendem nada receber em troca do seu voto. Isso como que desmontou politicamente o *Centrão* a ponto de sugerir à UDR, um agrupamento em tese apolítico e armado para defender os interesses dos proprietários rurais, adotar posição oportunista igualando-se aos radicais de esquerda na propaganda pela eleição-já. O sr. Caiado, que tem notória influência na opinião de numerosos constituintes, deu a sua de Lula e mobiliza marchas sobre Brasília para rivalizar com a CUT numa possível pressão sobre a Assembleia para realizar este ano a eleição do sucessor do Sr. José Sarney. Os extremos se tocam.

É cedo ainda para dizer que a pretensão do presidente da República de governar até março de 1990, a fim de completar a reelaboração da ordem legal esteja definitivamente condenada. Mas parece claro que no momento em que o Palácio do Planalto não conseguiu inverter a pauta da votação, para decidir já a duração do mandato, revelou a fragilidade do apoio com que conta para conduzir a questão. Há já conhecidas deserções nas hostes do Planalto sem que isso afete o renitente otimismo do líder Carlos Sant'Anna, especialista em manter vãs esperanças no Palácio do Planalto. Assim como falta ao *Centrão* talento oratório, carece o governo de adequada coordenação política para mobilizar seus adeptos.

O presidente, ao voltar ontem a Brasília, deve ter recebido informações da situação em que evoluem os debates constitucionais na Assembleia e as questões políticas entre seus correligionários. O sr. José Sarney costuma ser bem recebido nos países da América Latina junto aos quais desenvolve eficiente esforço de reaproximação e de melhoria da imagem brasileira no continente, anteriormente comprometida por um errôneo sentimento de indiferença para com o destino das nações vizinhas. Seu trabalho encontra compreensão lá fora e tudo indica que ele deixará sinais da sua passagem nessa reabilitação de uma política continental do Brasil. Em Brasília, no entanto, reencontra-se com o peso dos problemas gerados pela desunião das forças que deveriam apoiá-lo, apoio de que formalmente prescindiu ao declarar extinta a Aliança Democrática.

O presidente não encontrou condições para constituir uma base parlamentar e política própria, e seu governo continua a ser uma colcha de retalhos que torna difícil a visibilidade das suas tendências dominantes. Isso deveria desestimulá-lo a continuar a luta por um mandato contra o qual se mobilizou à esquerda, como agora também à direita, a maioria da população. O sr. José Sarney, no entanto, é um homem obstinado. Embora atento ao seu dever de cumprir o que a Constituição determina, ele dificilmente ouviria conselhos para desarmar a vida política nacional com o anúncio de sua conformidade final com o mandato de quatro anos.

O problema se transferiria automaticamente ao PMDB, que também não dispõe de unidade nem de coerência ideológica e política para armar a seu gosto a sucessão presidencial, embora tenha no sr. Ulysses Guimarães um líder curtido e vivido.

Carlos Castello Branco



'Centrão' recua e definição da propriedade sai

Brasília — José Varella

BRASÍLIA — O *Centrão* foi obrigado a recuar em dois pontos para que fosse possível um acordo e a definição na nova Constituição do direito de propriedade. Aceitou, através de compromisso público assumido pelo líder do PFL, José Lourenço, que as desapropriações para fins de reforma agrária e reforma urbana, itens que serão votados posteriormente, sejam feitas através de títulos da dívida pública. O segundo recuo foi aceitar a expressão "a propriedade atenderá à sua função social". Com isso, a definição do direito de propriedade ocorreu por 446 votos contra 40, quatro abstenções. O plenário aplaudiu a própria decisão.

O texto aprovado diz: "É garantido o direito de propriedade. A propriedade atenderá à sua função social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano".

Compromisso — Ao encaminhar posição favorável ao acordo, o líder do PMDB, Mário Covas, deixou claro que só o fazia porque existia o compromisso de, na votação da reforma agrária, ficar estabelecido que as desapropriações não sejam em dinheiro, como queria o *Centrão*, mas em títulos da dívida pública como prevê o texto da Sistematização. "A expressão que ressalva os casos previstos nesta Constituição resolve o problema. Além disso, a propriedade atenderá a função social, o que sempre defendemos," disse. O líder José Lourenço ocupou logo após a tribuna e selou o acordo, reafirmando o compromisso de votar nos termos anunciados por Mário Covas na decisão sobre a reforma agrária.

Lourenço não só assumiu o compromisso, pelo *Centrão*, como elogiou o relator Bernardo Cabral, que apresentou o texto final com base em entendimentos dos quais participaram os senadores Virgílio Távola (PDS-CE) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Também fez muitos elogios ao líder do PMDB, que aceitou o acordo.

Divergência — Imediatamente, após seu pronunciamento, porém, Lourenço foi desautorizado por outro líder do *Centrão*, Bonifácio de Andrada (PDS-MG). O parlamentar disse que o acordo se restringia ao texto de definição de propriedade votado naquele momento e não fazia referência à reforma agrária. "Quando votarmos a reforma agrária, o faremos para aprovar o texto do *Centrão*", afirmou.

O relator Bernardo Cabral, usando a palavra, ratificou o que Covas e Lourenço haviam anunciado sobre o acordo e, numa clara referência a Andrada, disse que "ninguém fala pelo *Centrão*". O plenário pediu para que a votação ocorresse imediatamente. Os 40 votos contrários ao acordo foram de alguns integrantes do MUP, o PT e o PC do B. O líder Aldo Arantes disse que seu partido, o PC do B, havia votado contra porque não aceitava, em hipótese alguma, a "justa e prévia indenização em dinheiro", já que "nenhuma Constituição moderna de país capitalista prevê desapropriação em dinheiro".



Ulysses reúne líderes de partidos e de vários grupos para discutir acordo sobre propriedade

Conversa cobre 'buraco cinza' em meia hora

Trinta minutos. Foi este o tempo que a liderança do PMDB e o *Centrão* levaram para fechar o acordo no plenário sobre o direito de propriedade, tema que até o meio-dia de ontem separava frontalmente as duas correntes. A rapidez do entendimento surpreendeu a todos, que só esperavam a volta da matéria ao plenário depois do carnaval.

O quadro começou a mudar no final da reunião promovida pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pela manhã, para tentar um entendimento entre os vários partidos e grupos sobre o direito de propriedade. O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), do *Centrão*, rascunhou uma proposta que começava garantindo o direito de propriedade e, logo em seguida, determinava que ela deveria atender a uma função social.

Ponte perguntou aos líderes do PMDB se eles aceitavam o texto, recebendo resposta positiva. Cochichou então com outros representantes do *Centrão*, como José Geraldo (PMDB-MG) e Max Rosenmann (PMDB-PR), que também gostaram da solução. Passou-a, em seguida, ao

relator Bernardo Cabral, que ficou igualmente satisfeito. O senador José Fogaca (PMDB-RS), relator-adjunto, leu a proposta. A reunião, porém, estava no fim e não havia tempo para mais nada.

Por volta das 16 horas, Bernardo Cabral entregou o texto, devidamente lapidado, aos líderes do PMDB e do *Centrão*, já no plenário. A partir daí, as negociações se desenvolveram a todo vapor, sob o olhar atento de Ulysses, que presidia os trabalhos. Dez minutos depois, a pedido de Covas, o vice-líder Antônio Brito foi ao telefone do plenário e ligou para o assessor jurídico da liderança do PMDB, José Afonso, para ver se a redação era satisfatória. Voltou com o OK do assessor.

Pouco depois, o líder do PFL, José Lourenço, debruçou sobre a bancada de Covas, deu seu apoio ao acordo. Fez mais: assinou o texto, demonstrando que era para valer.

Da Mesa, Ulysses acompanhava as idas e vindas, de vez em quando, com um gesto de cabeça, perguntava a Covas como iam as coisas. Por volta das 16h30min, o líder do PMDB lhe fez um sinal positivo. Não perdeu tempo: anunciou a existência de acordo e pôs a matéria em votação. Através do entendimento, a Constituinte superava em tempo recorde o seu primeiro *buraco cinza*.

Injunção e habeas data passam por unanimidade

Pela primeira vez, a Constituinte aprovou dois artigos do projeto de Constituição por unanimidade. Por 424 votos a zero, foi aprovado o artigo que cria o mandato de injunção, que possibilita aos cidadãos reclamar a vigência das liberdades constitucionais. Por 406 votos contra zero, foi aprovado também o *habeas data* pelo qual qualquer cidadão poderá requerer a entidades particulares ou governamentais informações registradas sobre ele, exigindo sua retificação ou mesmo sua destruição.

O *Centrão* sofreu expressiva derrota no último ponto polêmico do capítulo dos direitos individuais. Por 326 votos contra 103 e dez abstenções, a Constituinte aprovou a reintrodução do mandato de segurança coletivo que o *Centrão* queria suprimir. Pelo dispositivo, os partidos políticos, sindicatos e associações podem entrar na justiça para proteger direito líquido e certo de seus associados ameaçados pela ação do poder público.

Para o *Centrão*, esse instrumento seria um fator de agitação política e desprestígio para o Legislativo, segundo argumentaram Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Gastoni Righi (PTB-SP). O plenário acompanhou a tese defendida por João Agripino (PMDB-PB) e José Serra (PMDB-SP), endossada pelo relator Bernardo Cabral, de que o mandato de segurança coletivo aperfeiçoou o processo judiciário e aprofunda a democracia no país.

Nos outros itens aprovados, todos por acordo, ficou garantido o direito de herança na Constituição; bem como a liberdade de reunião sem prévia autorização de autoridade, da mesma forma que o consumidor estará protegido através de lei ordinária.

Para concluir a votação dos 60 parágrafos do artigo 6º deste capítulo, até amanhã, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou sessão extraordinária para hoje, às 8h30min. Como os trabalhos ficarão paralisados até quinta-feira da próxima semana, Ulysses já convocou sessões extraordinárias para o sábado e domingo após o carnaval.

Daso revela favores e depois recua com medo

Brasília — Luiz Antonio

BRASÍLIA — Um dia depois de haver comentado que "se eu começar a falar o que sei aqui desta Casa eu morro, mandam me matar", o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do *Centrão*, subiu ontem à tribuna da Constituinte para negar tudo o que dissera. "Jamais acusei", disse "a quem quer que seja de estar ligado a grupos econômicos ou de se subordinar a favores de grupos empresariais". Daso pediu que o assunto fosse encerrado, classificando toda a sua conversa com os jornalistas de "informal".

No entanto, apesar dos desmentidos do parlamentar, o Congresso Nacional estava convocado, por decisão do presidente do Senado, Humberto Lucena, para discutir, em sessão noturna, se faria ou não uma sessão secreta para discutir as denúncias de Daso, feitas na terça-feira.

Gravações — Numa conversa com os jornalistas, pouco depois da derrubada do acordo sobre o direito de propriedade, Daso afirmou ter gravado telefonemas com vários constituintes, nos quais eles faziam diversos tipos de exigência para votar com o *Centrão*. Segundo o deputado fluminense, uns exigiam favores do governo Sarney e até de empresários.

Essas declarações provocaram reações em plenário ontem. Apoiado por dezenas de colegas, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) pediu, com êxito, uma sessão secreta do Congresso para apurar as denúncias.

Depois que Daso desmentiu tudo, foi a vez dos jornalistas reagirem. Em nota oficial, o Comitê de Imprensa da Câmara confirmou as afirmações do deputado do PMDB do Estado do Rio, feitas na frente de vários repórteres. Visivelmente constrangido, Daso disse que suas declarações haviam sido publicadas com imprecisões: "Não acusei colegas. Sou anticomunista e, então, os comunistas querem me puxar. Nunca disse que colegas trocam votos por favores." Daso também negou que tivesse dito possuir gravações de conversas telefônicas.

No entanto, de nada haviam valido suas negativas até o começo da noite, quando o senador Humberto Lucena confirmou que o Congresso se reuniria, logo após a sessão da Constituinte, para discutir se faria uma sessão secreta para investigar as declarações do representante fluminense.

Mas a maioria do Congresso reagiu de outra maneira: "Fico horrorizado e acho o assunto degradante", observou Adolfo Oliveira (PL-RJ).



Daso, em discurso, disse que não disse o que disse

Polícia Federal busca cartazes em sindicato

Uma equipe de 12 policiais da Polícia Federal — um deles com metralhadora Uzi — esteve no Sindicato dos Bancários e na sede da CUT — que funcionam no mesmo prédio, na Avenida Rio Branco — para apreender os cartazes com os títulos *Estes deputados são inimigos do povo* e *Procura-se gang do Centrão-RJ, inimigos do povo*, nos quais estão estampados os nomes e as fotografias dos 27 constituintes fluminenses que participam do *Centrão*. A mesma operação foi feita em São Paulo, na terça-feira, quando os policiais apreenderam 17 mil cartazes na sede estadual do PT.

Os policiais chegaram por volta das 10h30min e se dirigiram à diretoria do Sindicato dos Bancários com um mandato de busca e apreensão assinado pelo delegado José Jorge de Araújo Freitas. Revistaram mesas, prateleiras e armários nos cinco andares — 7º, 16º, 17º, 21º e 22º — em

que há salas do sindicato, mas não acharam nenhum cartaz. Em seguida entraram na sede da CUT, no 17º andar, e arrancaram três cartazes que estavam afixados na parede e levaram outros 10, encontrados num armário.

Na parte da tarde, um funcionário da Polícia Federal voltou ao local e intimou os presidentes do Sindicato dos Bancários, Ronald Barata, e da CUT, Geraldo Cândido, a prestarem depoimento, hoje às 10 horas, na Polícia Federal.

Vinte mil cartazes foram distribuídos há 10 dias pela cidade, por associações de moradores, sindicatos e diretórios regionais dos partidos. O cartaz feito pela CUT, PDT, PT e Famerj, além do título *Procura-se*, com fotografias, nomes e telefones residenciais dos parlamentares fluminenses do *Centrão*, tem a frase *Fora Sarney, Diretas Já*.

Daso Coimbra

Um médico que ganhou fama de matemático

Ele anda com dificuldade porque está vários quilos acima da tabela. O peso em excesso, contudo, não impede que ele percorra toda a extensão do plenário para verificar, por antecipação, qual vai ser o resultado das votações no plenário. Esta é uma das especialidades de Daso Coimbra (PMDB-RJ): prever, com pequena margem de erro, os resultados das votações mais polêmicas que ocorrem no Congresso.

Foi justamente com a fama de matemático — por pura maldade os deputados do PC do B o apelidaram de "Oswald de Souza" do *Centrão* — que o deputado Daso Coimbra, 67 anos, tornou-se uma cordial figura no plenário. Ele tem sempre um número possível a oferecer a qualquer interlocutor. Daso, no entanto, não é matemático. Estudou geografia e medicina, embora tenha carreira exclusivamente política: há 25 anos é deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro. A primeira eleição foi pelo PTB. Em 78, ele aderiu à Arena, mas filiou-se depois ao MDB — hoje PMDB — pelo que alcançou a nona reeleição, no ano passado.

Quêrcia diz que é só em tese pelos 4 anos para Sarney

BRASÍLIA — O governador Orestes Quêrcia disse, após audiência com o presidente Sarney, que é favorável a um mandato presidencial de quatro anos, com direito a reeleição, embora fizesse questão de frisar que estava falando em tese e não referindo-se ao atual mandato. Ele foi ao Palácio do Planalto em busca de uma ajuda de CZS 12 bilhões para o programa da jornada única no chamado ciclo básico do 1º Grau na rede oficial de ensino de São Paulo — 1ª e 2ª séries, com seis horas corridas de aula e alimentação reforçada.

A saída da audiência, garantiu que não atuará junto à bancada paulista na questão do mandato, seja para defender quatro ou cinco anos para Sarney. Do encontro com Sarney, Quêrcia saiu com uma promessa de ajuda para o programa da jornada, que beneficiará cerca de 1,5 milhão de crianças.

CARNAVAL NOVA FRIBURGO

Ao preço de "Marcha rancho" Você e sua família Ligue para Ray-Tour "Últimas vagas" TEL.: 224-8234